

## SOBRE A IDENTIDADE UNIVERSITÁRIA DO NORTE DE PORTUGAL

Por Luís A. de Oliveira Ramos

Ao abordar a questão da identidade universitária do Norte, sou obrigado a acrescentar ao tema uma interrogação.

Com efeito, à primeira vista, na cidade do Porto, cabeça da região Norte, o processo de afirmação do ensino superior comporta, a partir de alguns veios iniciais, dois tempos fortes. A saber, o período da Escola médica-cirúrgica e da Academia Politécnica criadas por Passos Manuel em 1836, que se estende até 1911 e o período universitário, iniciado nesta última data com a instituição da Universidade do Porto. Ora, qualquer destes períodos existe ou tem lugar em Lisboa, onde, contemporaneamente, o ensino superior irrompe também balizado pelo estabelecimento da Politécnica e da Escola Médica, em 1836 e pela erecção da Universidade em 1911, a qual, a exemplo da Universidade do Porto, surge como contraponto ao primado universitário de Coimbra.

Na verdade, desde 1759, data da extinção da Universidade de Évora, controlada pelos Jesuítas, Coimbra detinha o monopólio universitário, beneficiando a sua Universidade, em 1772, de uma profunda reforma de cunho empírico e anti-aristotélico que a subdividiu em seis faculdades — Teologia, Leis, Cânones, Medicina, Filosofia e Matemática — acopladas às quais ficava o antigo Colégio das Artes como estabelecimento secundário de matérias propedêuticas.

E se é certo que no Porto e na Lisboa de oitocentos funcionaram escolas médico-cirúrgicas e de ciências e tecnologia, certo é que, ao longo do século XIX, nenhuma das duas cidades principais do Reino alguma vez possuiu escolas superiores de Teologia ou de Leis, só tardiamente aparecendo na capital o Curso Superior de Letras, fundado

em 1859, que serviu de base à Faculdade de Letras de Lisboa, constituída em 1911 para integrar a nova Universidade.

Por sua vez, em Coimbra, apenas no alvor do período republicano o estudo das humanidades (novamente organizado em torno das línguas e literaturas antigas e modernas, da história, da filosofia e da geografia), passou da antiga Faculdade de Teologia, então extinta, para a então instituída Faculdade de Letras.

Destas observações resulta que, no século XVIII final e no século XIX, os estudantes do Norte e de todo o país se querem estudar direito e teologia são obrigados à matrícula na Universidade de Coimbra e se, entre o termo de oitocentos e o alvor de novecentos, procuram o magistério superior de letras, têm de ir para Lisboa. Isto porque nem a teologia, nem as ciências jurídicas, nem tão pouco as letras integram os currícula versados nas escolas superiores nortenhas, viradas, como as de Lisboa, para o ensino médico, politécnico e artístico, e sediadas em casas próprias desde 1836. Mas, no Sul, a situação altera-se com a clara afirmação do Curso Superior de Letras a partir de 1859 e adquire outra riqueza e variedade, já pela instituição de uma universidade dotada com uma Faculdade de Letras desde 1911, a que, logo depois, em 1913, acresce a de Direito, já com o florescimento de escolas superiores técnicas que, em 1932, se federalizam na Universidade Técnica de Lisboa.

No Norte, até 1911, a par do ensino superior de artes, ministram-se tão só cursos superiores politécnicos e de medicina, cirurgia e farmácia, onde se preparam os diplomados de que a região e o país carecem nesses ramos do conhecimento. Não raro, lentes da Universidade de Coimbra transferem-se do seu quadro para o da Academia Politécnica do Porto, cujas vagas são postuladas por graduados das faculdades conimbricenses e também por individualidades preparadas no seu seio. Em 1883, o Doutor Gomes Teixeira, matemático de reputação mundial e o primeiro cientista português ao abrir o século XX, deixa Coimbra e fixa-se na Academia Politécnica do Porto, circunstância que tonifica o seu prestígio crescente.

Por sua vez, uma parte dos espíritos cultos do burgo portuense, ligados às tendências da filosofia, da literatura e das artes que modelam a cultura europeia entre fins do século XIX e princípios do século XX, afirmam-se em conexão ou a partir da Escola Médico-Cirúrgica e da Faculdade que lhe sucede. Mostram-se, assim, mais permeáveis aos problemas do homem que os da Academia Politécnica (ou da sua sucedânea Faculdade de Ciências), onde, todavia, ensina o filósofo Pedro

de Amorim Viana, autor de uma vigorosa *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, e diversos políticos, quer do regime monárquico, quer do movimento demo-republicano nascente, com relevo para o lente Rodrigues de Freitas.

Aliás, a biografia dos lentes da Politécnica mostra-os senhores de uma preparação universitária auferida nos, ou próxima dos, ensinamentos conimbricenses, manifestada no Porto e mostra-os ligados às actividades de comércio e indústria da cidade e da região, tendência de articulação com o meio que subsistirá na Faculdade de Ciências. Do mesmo modo, os lentes médicos pontificam nos hospitais urbanos que pertencem à Misericórdia e a irmandades autónomas e não ao Estado.

Quer na medicina, quer nos ramos científico-tecnológicos, as tarefas de pesquisa avançam lentamente na segunda metade de oitocentos, asfixiadas pelas limitações financeiras, pela dispersão das actividades dos lentes ou pelo ramerrão do simples magistério, mas apresentam algumas florações nos princípios do século XX. Faltando embora o cômputo global e sistemático da investigação científica nas escolas do Porto, não será ousado afirmar que grosso dos mestres prima mais por aquilo que conhece e transmite do que por aquilo que cria na sequência de pesquisa e reflexão. E, no dia a dia, os problemas clínicos e os interesses privados dos lentes de uma e outra escola sobrepõem-se, na maioria dos casos, ao trabalho original realizado nos laboratórios. O que, tendencialmente, constitui uma diferença em relação aos catedráticos estantes em Coimbra, no seu conjunto quase exclusivamente votados à tarefa escolar. Falecem, porém, dados para estabelecer um confronto com Lisboa, cidade da política e da administração, senhora de uma forte componente económica de dimensão europeia e colonial. Mas no Porto, como em Lisboa, reside um pequeno núcleo de cientistas que nas grandes cidades encontra estímulo para os seus trabalhos de pesquisa e projecção social.

Alguns professores do Porto, de Lisboa, e porventura de Coimbra, são também professores do liceu. Outros combinam a função docente com a carreira das armas, tanto mais que os futuros oficiais do exército tiram os preparatórios que dão acesso à Escola de Guerra e à Escola Naval, indiferentemente, na Universidade de Coimbra, nas Politécnicas de Lisboa e do Porto ou nas Faculdades de Ciências que, depois de 1911, aparecem nas três cidades. Catedráticos há que dão aulas de uniforme. Caso flagrante é o do major Sidónio Pais, lente de matemática em Coimbra, que foi deputado, ministro e Chefe de Estado na I República.

Por sua vez, no Porto, o reitor da Universidade de 1943 a 1945,

acumulou uma normal carreira académica na Faculdade de Engenharia com o viver castrense que o levou ao comando do Estado Maior da Região Militar do Norte. Já na nossa década, morreu jubilado o último lente do Porto, oriundo do sector castrense, que à cátedra sacrificara a progressão na hierarquia do exército.

Esta interdependência entre o sector militar e as escolas superiores pesa na vida portuguesa de uma forma implícita no século XIX e muito no século XX, quando os tropas, depois de ombrearem com os professores e os diplomados universitários no Parlamento, nos bancos do Governo e da administração local, assumem o poder e o entregam por 40 anos a um catedrático que aos oficiais-generais garante sempre uma simbólica posição no topo da hierarquia do Estado. E o Prof. Salazar, oriundo da faculdade de Leis, como boa parte dos políticos da monarquia e da república, governa com farta colaboração de juristas e docentes das universidades de Lisboa e de Coimbra. Ora, no Norte, não há então qualquer escola jurídica e fraquíssima é a participação de lentes do Porto nos governos da ditadura e, decerto, nos órgãos centrais do regime. O que não obsta a que dois reitores da Universidade do Porto, em brevíssimos períodos, sobracem a pasta da Instrução, justamente em 1928 e em 1933, durante a ditadura.

Mas vejamos como surgiu a Universidade no Norte, utilizando a resenha histórica *Raízes e Formação da Universidade do Porto* (1986), elaborada pelo Doutor Cândido Augusto Dâs dos Santos.

O Porto do século XVIII final, a petição dos seus mercadores, alcançou, em 1761, uma Aula de Náutica para «formação dos graduados da marinha», custeada por um imposto especial sobre o valor das fazendas importadas e exportadas pela alfândega da cidade, que funcionava na dependência da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Estabelecida tal aula, «a ela se veio juntar em 1779, uma aula de debuxo e desenho», de cujo ensino «pouco sabemos».

A rogo da Companhia estabelecem-se, depois, por alvará de 9 de Fevereiro de 1803, aulas de matemática, comércio e línguas inglesa e francesa.

«Para acomodação destas aulas e das já criadas de Navegação e Desenho», decidiu-se a construção de um edifício, a cuja obra se aplicará a contribuição de «um real em cada quartilho de vinho que se vendesse na cidade».

Surge assim a Academia Real de Marinha e Comércio do Porto, cujos lentes usufruíam das mesmas «honras, privilégios e distinções» dos da Academia Real da Marinha de Lisboa, sendo os portuenses

propostos pela Companhia dos Vinhos do Alto Douro, a quem coube, de início, a inspecção da mesma academia. «Os esquemas curriculares e os programas eram semelhantes aos da Aula de Comércio de Lisboa. Algumas disposições estatutárias inspiravam-se na Academia Real da Marinha de Lisboa».

De 1825 em diante, a par destes estudos, a cidade conheceu uma Escola de Cirurgia, em 1836 transformada em Escola Médico-Cirúrgica, que até meados do nosso séculos funcionou ligada ao Hospital de Santo António, da Misericórdia local. A Escola de Cirurgia foi, de início, suportada por um donativo de 10 contos dos contratadores do tabaco, vivendo na dependência institucional da Mesa da Misericórdia e em anexo teve, desde 1836, uma Escola de Farmácia, cujo ensino foi considerado superior em 1902.

Em 1836, à Academia da Marinha sucedeu, mediante transformação, a Academia Politécnica, cujo principal objectivo era «o ensino das Ciências Industriais». A sua actividade — mostra-o o curriculum — beneficiou «ao mesmo tempo do ensino especulativo de uma Faculdade de Ciências e da feição tecnológica de um Instituto de Ciências Aplicadas. «De facto, formava engenheiros de minas, engenheiros construtores e engenheiros de pontes e estradas». Preparava também «oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábrica e, em geral os artistas».

Nos cursos de 3 e 5 anos da Politécnica estavam inseridas as matemáticas elementares e superiores, artilharia e táctica naval, história natural..., física, química, botânica, agricultura, economia rural, economia industrial, veterinária e desenho. Disponha também de laboratórios e oficinas, governando-se através do Conselho de lentes com dinheiros do Estado que amiúde faltaram.

E da junção da Escola Médico-Cirúrgica (com a sua escola de farmácia) e da Academia Politécnica resulta, em 1911, a Universidade do Porto.

Inicialmente, compõem-na a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Ciências, onde se ministram as cadeiras matemáticas, físico-químicas e histórico-naturais. Anexas a esta fica uma Escola de Engenharia e, à primeira, uma Escola de Farmácia, estabelecimentos que, ulteriormente, se tornam Faculdades. Surge assim, em 1915, a Faculdade Técnica, que, de 1926 em diante, se chama Faculdade de Engenharia e, em 1921, a Faculdade de Farmácia que adquirira autonomia em 1915.

A nosso ver, resulta do exposto que a Universidade do Porto, como as escolas de ensino superior que a antecederam, prefere as ciências, a

medicina, a farmácia e a engenharia, em que se formam os profissionais que atendem às necessidades regionais do mundo do trabalho, a saber, médicos, farmacêuticos, professores e práticos de diversos ramos das ciências, como ainda engenheiros electrotécnicos, civis, de minas, de máquinas, etc. Dentro da mesma linha de permanência, isto é, da linha marcada pela erecção de Faculdades que se tornam permanentes, em 1953, na sequência da criação, na Associação Comercial do Porto, de um Centro de Estudos Económicos, fundada é a Faculdade de Economia e Finanças. Trata-se de uma escola que, afinal, retoma a herança, já da antiga Academia da Marinha e Comércio, já do curso de Economia Política inserido na Academia Politécnica em 1837, já, finalmente, da Faculdade de Comércio, anunciada, mas não concretizada, em 1911.

Tal como em Lisboa acontecera no século XIX com o Curso Superior de Letras e em Coimbra após a extinção da Faculdade de Teologia em 1911, a Universidade do Porto terá, entre 1919 e 1931, uma Faculdade de Letras, cuja vida efémera, na sua primeira fase, traduz afinal o pouco apreço que a cidade e a sua Universidade atribuem à institucionalização, não só dos cursos de Letras, mas também de Leis. Criada, em 1919, por um filósofo de nomeada, com formação científica e pendor metafísico, que não lograra vencer o concurso para professor nas Letras de Lisboa, a nova escola será mal amada. Foi-o pela forma de convite utilizada no recrutamento dos seus professores, aliás, em esmagadora maioria doutos posto que divididos por terríveis quesílias, como ainda pela natureza dos estudos e da gente que preparava, a saber professores de história, literatura, filosofia e línguas, a cujas necessidades o clero e as faculdades de Coimbra e Lisboa sempre tinham bastado.

Com desinteresse, a cidade e a Universidade deixam que a ditadura, pela mão de um professor de medicina do Porto, então ministro da Instrução e reitor portuense, elimine o foco de dissensões, mas, sobretudo, de pensamento livre, democrático e heterodoxamente atento às questões metafísicas, que a Faculdade de Letras constituía, para garantir o primado tradicional e ortodoxo de Coimbra, cuja Universidade olhava com azedume a escola do Porto, de princípio instituída já para substituir a sua própria Faculdade de Letras, já para quebrar, sob égide republicana, o conservadorismo aí imperante.

Bem mais tarde, a tendência para as ciências, a medicina e a engenharia e a falta de criatividade institucional do meio universitário portuense, também abafado pela capacidade de fundar lisboeta, quebra-se quando as forças vivas do sector económico conseguem, em 1953, erigir uma Faculdade de Economia empenhada na formação de «técnicos

competentes, como também de uma elite de economistas aptos a ocupar, pela sua preparação científica, as situações da mais alta responsabilidade em organizações vastas e complexas».

Sem embargo, por muitos anos, um simples Centro de Estudos Humanísticos anexo à Universidade, aliado ao sector do ensino secundário e artístico, responde às apetências intelectuais da cidade que algumas instituições privadas ao de leve abastecem mediante iniciativas esporádicas.

Por fim, em 1962, tolera-se a restauração da Faculdade de Letras, reclamada pela região, por obra de uma plêiade de lentes de medicina estimulados por personalidades que trabalham nas bibliotecas e arquivos, aceitando-se, embora, que essa Faculdade renasça mutilada, isto é, sem as licenciaturas em geografia e línguas, professadas nas escolas congêneres de Coimbra e Lisboa. Pretende-se tão só transformá-la em núcleo de reacção histórico-filosófica ao materialismo dialéctico de um núcleo portuense e ao fluxo económico-positivista dominante em Lisboa. Nesses anos serôdios, não se pensa que a nova faculdade possa ser um foco de pensamento livre e criador, o que acabará por acontecer.

Bem mais tarde, sempre por força das exigências regionais e de um movimento endógeno gerados na própria Faculdade, chegam as licenciaturas de em línguas e literaturas modernas. Línguas a cujas vantagens, até aí, os comerciantes e industriais chegavam pela via da curiosidade, da docência privada, da estadia no estrangeiro ou noutras cidades do país. Finalmente, o curso de geografia começa timidamente, sobretudo e ainda por reclamação da Faculdade; indulgenciado pelas suas congêneres do Sul.

Por então, a faculdade de leis não a reivindicam deveras nem a Universidade, nem a cidade. Em regra, os filhos da burguesia mercantil e industrial dominante no Porto fazem gala no estudo em Coimbra, às vezes em Lisboa, e por lá se transviam ao esquecerem o múnus e a razão de ser dos seus progenitores, das respectivas fortunas. Daí que, nos séculos XIX e XX, a Universidade do Porto seja uma das universidades europeias onde não floresce uma faculdade de direito, limitando-se a possuir, desde o final da década de 70, um primeiro catedrático de direito na Faculdade de Economia. Ora, creio eu, é essa animadversão ao direito e o pouco amor e a displicência com que são considerados e assimilados os estudos superiores de letras, a característica dominante da identidade universitária do Norte, do Porto e da sua região, agravada pela procura de Coimbra, que defende a sua irradiação e os restos do seu primado na metade setentrional do país.

Por alguma razão, nas novas escolas superiores do Norte irrompem facilmente as componentes científicas e tecnológicas, mesmo em zonas de tradição humanística, por alguma razão em nenhuma dessas escolas estaduais aparecem cursos de direito que, desde 1978, acabam por encontrar uma posição no magistério superior privado do Porto, controlado, sobretudo, por docentes de Coimbra, aliados a professores locais de Economia, faculdade esta onde tendencialmente a formação de bons técnicos se sobrepõe ao interesse pela pesquisa.

Por outro lado, só nas duas últimas décadas, a investigação logrou em globo enraizar-se na Faculdade de Letras local. Os seus docentes afirmam-se quando a saturação invade o mundo do ensino cujos agentes ela fundamentalmente prepara.

Demais, no período subsequente à revolução de 1974, que coincide com a renovação já em curso da rede universitária portuguesa, a componente ciências-medicina volta a evidenciar-se no tipo dos estabelecimentos de novo erigidos na Universidade do Porto. Por exemplo, a escola de Ciências Biomédicas, com as suas licenciaturas em medicina e aquacultura é, ao mesmo tempo, uma segunda faculdade de ciências e uma segunda faculdade de medicina. E à antiga Faculdade de Medicina, como às Biomédicas e às Ciências, estão associados o novo curso e licenciatura em Nutricionismo e a Escola Superior de Medicina Dentária, bem como a Escola Superior de Educação Física e a nova Faculdade de Psicologia, a qual, de início, era uma licenciatura prevista na Faculdade de Letras. Além disso, os engenheiros tentaram pesar decisivamente na composição da Faculdade de Arquitectura, quando da integração deste curso na estrutura universitária.

Convém ainda relevar o peso dos ramos ciências-engenharia e medicina no governo reitoral da Universidade, por força de nomeação ou eleição. Jamais houve um reitor de Farmácia, de Economia ou de Psicologia e, apenas durante menos de 4 anos, o cargo tocou a um professor da Faculdade de Letras, em período em que esta faculdade era a maior da Universidade e beneficiava de nítido crescimento no campo do ensino e da produção científica.

Ora, este primado não constitui norma nem em Coimbra, nem em Lisboa, onde os professores de Direito e, de quando em vez, os mestres de Letras têm uma forte presença no comando das universidades. Mesmo na Universidade Técnica de Lisboa não faltam os reitores oriundos das ciências sociais.

No Porto, de 1911 aos nossos dias, durante 24 anos governaram lentes de medicina, durante 21 professores de engenharia e durante 19



professores de ciências, mas todos os engenheiros e médicos frequentaram a Faculdade de Ciências e há o caso de um reitor que era simultaneamente professor de engenharia e de ciências. Como há o caso, absolutamente excepcional, de um reitor que era desembargador e, não sendo professor, à frente da universidade permaneceu um ano, em período ditatorial. Actualmente, exerce o reitorado um engenheiro químico com cátedra na Faculdade de Ciências, o que indicia a força das escolas onde se formou e trabalha.

Curiosamente, a tendência que a Universidade do Porto marca e que tem a ver com a fisionomia da região, com o seu perfil económico e suas componentes culturais, existe também nas novas universidades do Estado do Norte do país, estabelecidas na década de 70.

Em Braga, não obstante as grandes tradições culturais da cidade, alimentadas pelo liceu e pelas escolas eclesiásticas, na Universidade do Minho dominam os ramos científico-tecnológicos e, salvo um período de três anos em que à sua frente esteve um sociólogo, todos os reitores têm sido engenheiros. Em Vila Real, a universidade, resultante de um Instituto Universitário, tem a dirigi-la um geólogo e nos seus esquemas curriculares dominam as ciências e a agricultura.

E se o pólo portuense da Universidade Católica integra cursos de teologia, direito e gestão de empresas, não é menos verdade que a sua licenciatura mais prestigiada, servida por professores-investigadores com boas ligações internacionais, é, porventura, a Biotecnologia. De resto, a maioria dos professores-investigadores de qualidade encontram-se nas antigas Faculdades de Engenharia, Medicina e Ciências, que dão apoio à Universidade Católica no âmbito da Associação das Universidades do Norte de Portugal.

Mais equilibrada quanto a componentes e tendências será, talvez, a Universidade Portucalense, uma universidade privada que em 1986 surgiu no Porto, onde as ciências sociais estão à frente das ciências e da informática, pelo menos em termos de áreas curriculares. Todavia, o seu perfil definitivo não está ainda constituído, nem tão pouco maduro.

Pode então dizer-se que, ao contrário de Coimbra e de Lisboa, só na segunda metade do século XX, no Norte universitário se enraizam as ciências humanas, as ciências sociais; e, só na década de 80, o governo da sua Universidade coube a um professor dessas áreas, tão grande é o peso e irradiação regional na área científico-tecnológica de uma velha tradição virada para a medicina e, sobretudo, para as ciências e a engenharia, sectores desde o século XIX alimentados por uma plêiade de professores a quem coube a direcção, primeiro da Academia Politécnica

e da Escola Médico-Cirúrgica, e depois a reitoria da Universidade do Porto. O que significa que no Norte não se sentiu, por exemplo, a força governativa dos professores de Direito, muito viva em Lisboa e em Coimbra, cujas escolas jurídicas, durante o século XX, como já antes a conimbricense, cunharam decisivamente a administração central e local do país.

Mas serão estas observações suficientes para falar da identidade universitária do Norte de Portugal?